

Bancos privados longe dos títulos

por Estela Caparelli
de São Paulo

Colocar títulos do estados e municípios no mercado está cada vez mais difícil. O Conselho Monetário Nacional (CMN) restringiu recentemente a aquisição dos títulos pelos bancos privados a até 5% do seu patrimônio líquido e proibiu qualquer aplicação nestes papéis pelos bancos estaduais.

Para os bancos privados consultados, a medida não teve um grande impacto, já que essas instituições não faziam grandes aplicações nestes títulos. Segundo executivos destas instituições, a medida vai inibir novas emissões por estados e municípios porque, com as restrições, a colocação dos papéis no mercado ficou limitada. Para o vice-presidente do Pontual Leasing, Claudio Lellis, a proibição de compra destes títulos pelos bancos estaduais, mesmo aqueles destinados ao pagamento de dívidas judiciais (precatórios), tem a intenção de impedir que o

banco estadual financie o próprio estado. "O governo quis acabar com a relação entre o banco estadual e o governo do estado. Para os bancos privados, a mudança não teve nenhum impacto", disse. O vice-presidente do Excel Econômico, João Rabello, tem a mesma opinião. Ele acredita que a medida restritiva afetará os bancos estaduais.

O secretário da Fazenda do Paraná, Miguel Salomão, acredita que as restrições visam um controle maior do financiamento do déficit público. "São formas de impedir que cada governo use o banco estadual para obter recursos", disse. Salomão afirma que as restrições não atingem o Paraná, estado que possui uma dívida mobiliária de R\$ 370 milhões e não pretende emitir novos títulos.

A medida também não vai afetar o estado de São Paulo, de acordo com o secretário da Fazenda, Yoshiaki Nakano. Segundo ele, a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) não afeta a rolagem da dívi-

da já existente. Ele também informou, através de sua assessoria de imprensa, que a medida traria obstáculos se o estado viesse a colocar novos títulos no mercado, o que não está nos planos do governo estadual. O estoque da dívida mobiliária do estado é de R\$ 18 bilhões e o total de títulos já emitidos para pagamento de precatório é de R\$ 4,744 bilhões.

Para o presidente da Associação dos Bancos Estaduais, Ozias Rodrigues, "a medida é uma forma de pressionar os estados e municípios a pagarem suas dívidas". Ele afirma que a medida não terá nenhum impacto na carteira dos bancos estaduais e que, a partir de agora, a tendência é de que os novos títulos das unidades federativas migrem para a CEF e o BB, que ficaram fora da medida.

Os títulos municipais e estaduais já vinham perdendo a atratividade há algum tempo, principalmente por causa da sua liquidez, muito menor em comparação aos títulos federais, de acordo com Valdir Massari, da Atrium Corretora. A instituição era especializada na estruturação e venda destes papéis, mas abandonou este mercado nos últimos meses e passou a operar com os TDA, títulos emitidos a partir de 1992 pelo Tesouro Nacional. "Os TDA têm maior aceitação no mercado. A mudança foi uma questão estratégica", disse Valdir Massari, diretor da corretora. Segundo ele, a intenção do governo com as restrições impostas na semana passada foi a de inibir a compra dos títulos pelos bancos estaduais. "Os próprios bancos financiavam os estados", disse.